

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2024 e 2023

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	2024	2023	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.078	5.577	96.415	8.860	Fornecedores	12	24.652	17.717	26.509	18.485
Contas a receber	5	85.173	69.857	104.125	80.877	Empréstimos e financiamentos	13	12.915	12.917	14.609	14.584
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	-	6.259	-	6.825	Arrendamento	11	1.966	1.838	2.864	2.681
Despesas antecipadas	7	5.799	4.276	6.019	4.697	Salários e encargos sociais	14	34.614	24.638	38.237	26.865
Outros ativos		30	499	52	549	Impostos a pagar		4.101	4.483	4.575	4.734
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		180.080	86.468	206.611	101.808	Adiantamentos de clientes	5	55.973	48.498	74.005	59.153
						Dividendos a pagar		39.000	-	39.000	-
						Outros passivos		-	4.937	-	899
						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		173.221	115.028	199.799	127.401
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos diferidos ativos	6	6.030	5.970	7.352	7.335	Fornecedores	12	1.594	2.211	1.594	2.211
Outros ativos		518	7.529	79	973	Empréstimos e financiamentos	13	60.558	8.114	62.225	11.447
Investimento em controladas	8	13.988	14.591	-	5.563	Arrendamento	11	4.008	4.487	7.812	8.399
Imobilizado	9	7.586	9.209	8.271	9.969	Impostos a pagar		1.144	3.716	1.713	3.716
Intangível	10	119.673	90.921	134.321	104.590	Contingências	15	1.945	665	1.945	665
Direito de uso	11	5.146	5.577	8.973	9.624	Outros passivos		449	2.482	417	2.461
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		152.941	133.797	158.996	138.054	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		69.698	21.675	75.706	28.899
						TOTAL DO PASSIVO		242.919	136.703	275.505	156.300
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				
						Capital social		83.562	108.814	83.562	108.814
						Reservas de lucros		6.540	(25.252)	6.540	(25.252)
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.102	83.562	90.102	83.562
TOTAL DO ATIVO		333.021	220.265	365.607	239.862	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		333.021	220.265	365.607	239.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Gran Tecnologia e Educação S.A. (“Companhia” ou “Gran Cursos”) é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída em 06 de junho de 2013, e domiciliada no Brasil, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco J - sala 201, sala 601, sala 1101 parte, sala 1201 parte; sobreloja 03 e 05 parte, Edifício Carlton Tower, Bairro Asa Sul - CEP 70.070-120, Brasília - DF. O Gran Cursos e suas controladas tem como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente na forma de cursos preparatórios voltados a concursos públicos e exames de classes por meio de uma plataforma online, além de oferecer cursos de graduação e educação continuada de forma presencial em seu campus universitário em Curitiba - PR e à distância. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva, em 28 de fevereiro de 2025. **1.1. Investimentos:** Em 11 de setembro de 2022, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda de ações e acordo de investimento na Soul Code Academy Capacitação Profissional S.A., “Soul Code”, no valor de R\$ 6.000, equivalente a 10% da empresa e direito a assentos no conselho e influência significativa sobre a Soul Code. A Soul Code tem como atividade principal a prestação de serviços educacionais de cursos técnicos do setor de tecnologia para atendimento a demandas específicas de empresas desse setor. A Soul Code é localizada na cidade de São Paulo - SP, com atendimento através de cursos à distância para alunos localizados em todo o território nacional. Em 21 de março de 2024, o Gran e a Soul Code Academy encerraram a parceria existente desde setembro de 2022. Com o término da parceria, deixa de existir qualquer vínculo entre o Gran e a Soul Code Academy, conforme instrumento de distrato de sociedade firmado em comum acordo entre as partes.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são do grupo constituído pela Gran Cursos e suas controladas. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações

financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, são apresentadas em milhares de reais (R\$), e todos os valores divulgados foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas	
				2024	2023
Faculdade Gran Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e à distância	Brasília - DF	Controlada	100%	100%
Gran Centro Universitário Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e à distância	Curitiba - PR	Controlada	100%	100%

O Grupo consolida as informações financeiras de todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. **(a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo até a data em que o Grupo deixa de ter o controle. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizada na demonstração do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.4. Classificação de circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período do balanço; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os outros passivos como não circulantes. Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não circulantes. **2.5. Resumo das principais políticas contábeis: (a) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal do ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Uma mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos, usando o ativo em seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados relevantes observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Em cada data de balanço, o Grupo analisa a movimentação dos valores de ativos e passivos que precisam ser remensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para esta análise, o Grupo verifica os principais dados aplicados na última avaliação, confrontando as informações no cálculo da avaliação com os contratos e outros documentos relevantes. O Grupo também compara a mudança no valor justo de cada ativo e passivo com fontes externas relevantes para determinar se a mudança é razoável. Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor

justo, conforme explicado acima. **(b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **f. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento ou para as quais o Grupo aplicou o expediente prático, o Grupo mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros (SPPI)” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A Companhia reclassifica ativos financeiros somente quando sua abordagem de negócios para gerenciar esses ativos muda. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se falharem no teste de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações correspondentes no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos na demonstração do resultado inclui dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial do Grupo) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando ele nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo pode ser obrigado a restituir. *Impairment de ativos financeiros:* Outras divulgações relacionadas ao *impairment* de ativos financeiros também são fornecidas nas seguintes notas: • Estimativas e premissas contábeis críticas - Nota 3; • Contas a receber - Nota 6. O Grupo reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos serviços prestados	19	357.559	287.318	412.193	315.146
		(90.443)	(78.223)	(109.912)	(91.920)
LUCRO BRUTO		267.116	209.095	302.281	223.226
Despesas gerais e administrativas	19	(88.754)	(69.322)	(95.635)	(76.024)
Despesas com vendas	19	(117.304)	(105.027)	(129.115)	(106.958)
Perdas líquidas por <i>impairment</i> de ativos financeiros	5	25	(65)	317	(503)
Outras receitas (despesas), líquidas		14.151	3.653	4.261	(2.266)
DESPESAS OPERACIONAIS		(191.882)	(170.761)	(220.172)	(185.751)
Resultado de equivalência patrimonial	8	5.017	(2.368)	-	(30)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
		80.251	35.966	82.109	37.445
Receitas financeiras	20	3.115	860	4.104	920
Despesas financeiras	20	(7.647)	(14.714)	(8.936)	(16.467)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(4.532)	(13.854)	(4.832)	(15.547)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		75.719	22.112	77.277	21.898
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(4.177)	(6.530)	(5.693)	(6.530)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.998	506	5.956	720
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.821	(6.024)	263	(5.810)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		77.540	16.088	77.540	16.088
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	17	724,67	142,37	724,67	142,37
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	17	724,67	142,37	724,67	142,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		77.540	16.088	77.540	16.088
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		77.540	16.088	77.540	16.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros (prejuízos)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	87.957	(41.340)	-	46.617
Aumento de capital	20.857	-	-	20.857
Resultado do exercício	-	-	16.088	16.088
Constituição de reserva legal	-	804	(804)	-
Absorção de prejuízo acumulado	-	15.284	(15.284)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	108.814	(25.252)	-	83.562
Absorção de prejuízo acumulado	(25.252)	25.252	-	-
Distribuição de lucro	-	-	(71.000)	(71.000)
Constituição de reserva legal	-	3.877	(3.877)	-
Reserva de lucro	-	2.663	(2.663)	-
Resultado do exercício	-	-	77.540	77.540
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	83.562	6.540	-	90.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		75.719	22.112	77.277	21.898
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	8/9/10/11	46.822	28.045	48.271	28.847
Perdas líquidas por <i>impairment</i> de ativos financeiros	5	(25)	65	3.287	503
Provisão para juros	11 e 13	6.188	4.525	7.451	5.547
Perda na venda ou baixa de ativos não circulantes	9	239	678	239	866
Reconhecimento de Imposto de renda diferido		5.937	-	5.937	-
Resultado de equivalência	8	(5.017)	2.368	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		(15.291)	1.216	(26.535)	(9.479)
Despesas antecipadas		(1.523)	(1.762)	(1.322)	(2.130)
Outros ativos		7.480	(7.538)	1.392	(950)
Fornecedores		6.318	(5.748)	7.407	(5.097)
Salários e encargos sociais		9.976	352	11.372	1.819
Outros impostos a pagar		3.579	(2.498)	4.236	(1.894)
Adiantamentos de clientes		7.475	5.827	14.852	16.482
Outras contas a pagar		(5.319)	6.281	(1.320)	2.221
Caixa gerado pelas atividades operacionais		142.558	53.923	152.544	58.633
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.451)	(3.639)	(5.266)	(4.611)
Juros pagos	11/13	(5.762)	(4.793)	(6.998)	(5.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		132.345	45.491	140.281	48.632
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	9	(1.125)	(2.212)	(1.291)	(2.835)
Aquisição e capitalização de ativos intangíveis	10	(71.086)	(62.978)	(72.779)	(64.332)
Aquisição de investimento Soul Code	8	-	2.617	-	30
Baixa de investimento Soul Code		5.563	-	5.563	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(66.648)	(62.573)	(68.507)	(67.137)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de passivos de arrendamento	11	(1.870)	(1.805)	(2.226)	(2.106)
Distrato de passivos de arrendamento	11	-	629	-	629
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(15.326)	(7.115)	(16.992)	(7.540)
Captação de empréstimos e financiamentos	13	67.000	5.000	67.000	10.000
Aportes de capital		-	20.857	-	20.857
Pagamento de dividendos		(32.000)	-	(32.000)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		17.804	17.566	15.782	21.840
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		83.501	484	87.555	3.335
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.577	5.093	8.860	5.525
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		89.078	5.577	96.415	8.860
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		83.501	484	87.555	3.335

GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receberá integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. **ii. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e, no caso do custo amortizado, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”):* Passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Os ganhos ou perdas em passivos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial do reconhecimento e somente se os critérios da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. O Grupo designou seu passivo financeiro relacionado à remuneração baseada em ações ao VJR. *Ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros remunerados são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado. Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor e considerado parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(d) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses gastos incluem substancialmente licenças de software pré-pago, prêmios de seguro e férias pré-pagas aos funcionários. **(e) Arrendamentos:** O Grupo aluga escritórios, edificações e equipamentos. Contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 20 anos, mas podem conter opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados devem ser segurados pelo arrendatário. Os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa, e valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinada. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos na essência do arrendamento ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiros foi recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos nos passivos de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. **Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a *impairment*. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativo	Taxa de depreciação média
Equipamentos de informática	20%
Móveis, equipamentos e utensílios	10%
Livros	33%
Benfeitoria em imóvel de terceiros	20%
Estúdio	10%
Máquinas e equipamentos	10%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **(g) Intangível: Softwares e material didático:** As licenças de software e os materiais didáticos desenvolvidos internamente são capitalizadas e seus custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software/material identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que ele esteja disponível para uso ou venda; • A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo; • O software/projeto pode ser vendido ou usado; • Os benefícios futuros associados ao software podem ser demonstrados; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o design e para o uso ou venda do software/projeto; e • As despesas atribuíveis ao software/projeto durante seu desenvolvimento podem ser mensuradas de forma confiável. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software/material, incluem os custos com empregados alocados desenvolvimento do software/projeto e uma parcela adequada das despesas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em um período subsequente. Os custos de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil estimada para softwares de 5 anos e para os materiais didáticos é de 3 anos. **Agio:** O agio é mensurado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida e outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No caso de uma compra vantajosa, o excesso do valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida sobre o preço de compra é reconhecido na demonstração do resultado na data da aquisição. As revisões de *impairment* do agio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O agio é contabilizado ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do agio na entidade alienada. **Licenças de operação - Universidade:** A licença de operação ao direito de operar uma instituição de ensino universitário em um determinado município, com autorização do Ministério da Educação, e para obter esses direitos, uma instituição deve atender a vários requisitos, onde a infraestrutura acadêmica e física é avaliada. Dessa forma, isso foi identificado e alocado à combinação de negócios do Grupo e avaliado como tendo uma vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que essa licença é concedida, a probabilidade de perdê-la é praticamente nula. As revisões de *impairment* das licenças de operação para ensino a distância são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. As licenças de operação para ensino a distância são contabilizadas ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. **(h) Impairment de ativos não financeiros:** O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma indicação, ou quando for necessário o teste anual de *impairment* para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para *impairment* com a finalidade de ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, adotando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando do apropriado. **(i) Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. **(j) Provisão para contingências:** As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) com resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(k) Salários e encargos sociais:** As despesas com salários e encargos sociais são contabilizadas quando o respectivo serviço é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do tempo de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(l) Receitas de contratos com clientes:** A receita do Grupo consiste principalmente em venda de material didático e de mensalidades cobradas pelos cursos preparatórios e de mensalidade dos cursos de ensino superior à distância e presencial. O Grupo também gera receita com taxas de estudantes e outras atividades relacionadas à educação. A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos. Outras receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. **Contas a receber:** As contas a receber representam o direito do Grupo a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulte as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. **Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual o Grupo recebeu uma contraprestação do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes e são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato. **(m) Resultado financeiro:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras

incluem despesas com juros sobre parcelamento de impostos e outros passivos financeiros, incluindo os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. **(n) Lucro por ação (LPA):** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: • O lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 19). • O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração o efeito depois dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. **(o) Impostos: Incentivos fiscais:** **Prouni:** A empresa de ensino superior mantida pelo Grupo faz parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção: • Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) • Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) **Lei do bem:** Em 2024, a Companhia utilizou o benefício fiscal, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, que visa estimular o Desenvolvimento Tecnológico e o Desenvolvimento Econômico do Brasil por meio da concessão de incentivos fiscais a empresas de todos os setores que investem em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à confecção de novos produtos, processos, sistemas e serviços e, ainda, ao aperfeiçoamento daqueles pré-existent ou pré-estabelecidos, resultando em efetivo ganho de qualidade ou produtividade. Os principais incentivos fiscais nela previstos consistem na possibilidade de exclusão (no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSLL) de 60% a 80% dos valores investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, além da depreciação integral e amortização acelerada dos bens adquiridos para uso exclusivo nesses projetos. Com isso, a Lei do Bem promove o aumento da competitividade das empresas no mercado e da competitividade do país frente a outros países, além de torná-lo mais atrativo para manutenção e instalação de empresas estrangeiras. **Impostos de renda correntes:** Os impostos de renda no Brasil são compostos por IRPJ e CSLL. De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de renda de cada entidade são calculados com base no lucro, ajustado ao lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação. Os impostos de renda correntes para as entidades com direito ao programa Prouni foram calculados com base nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, que permite a isenção desses impostos das atividades tradicionais e tecnológicas de graduação. Os impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor previsto a ser ressarcido pelas, ou pago às, autoridades fiscais. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado. **Impostos de renda diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expiram. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido. **Impostos sobre vendas e outros:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não puderem ser recuperados pelas autoridades fiscais, nesse caso, o imposto sobre vendas será reconhecido como parte do custo de aquisição do item de ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas nominais: PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estamos atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo. O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente, e para as atividades não-didáticas, PIS e COFINS são cobrados com base no método não cumulativo às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Esses são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que o Grupo atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. A alíquota aplicada é de 2,00%. **Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2024:** Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2024, as quais foram avaliadas pela Administração e entendesse que não trazem impactos para as demonstrações financeiras: (i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade Em setembro de 2024- As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Outras divulgações relacionadas à exposição do Grupo a riscos e incertezas incluem: • Gestão de capital - Nota 24; • Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos - Nota 22.4; • Análises de sensibilidade - Nota 22.4.1. Estimativas e premissas: As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgem e estão fora do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas em que ocorrem. **(a) Impairment de ativos não financeiros:** O *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) ou grupo de UGCs excede seu valor recuperável, definido como o maior entre seu valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de alienação é baseado em dados disponíveis de transações de vendas vinculativas, conduzidas como se fosse com partes não relacionadas, para ativos similares ou preços observáveis de mercado menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (modelo “DCF”). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **(b) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 22 para mais detalhes. **(c) Perdas de crédito em contas a receber:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, aplicando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera que as contas a receber estão em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos acima de 180 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receberá integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na nota 6. **(d) Provisão para contingências:** O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos, conforme divulgado na Nota 16. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(e) Prazo de arrendamento dos contratos com opções de renovação:** O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento. O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios). **(f) Taxa incremental sobre contratos de arrendamento:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia seme-

>>>

lhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1.174	962	1.201	979
Aplicações financeiras - CDB (i)	87.904	4.615	95.214	7.881
Total	89.078	5.577	96.415	8.860

(i) As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósito bancário (CDB), cujo vencimento, é inferior a 90 dias e com liquidez imediata, sendo remuneradas com taxa média de 100% da CDI (100% em 2023).

5. CLIENTES

(a) Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cartão de crédito	85.239	69.851	106.847	80.754
Boleto bancário	-	97	1.896	1.454
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(66)	(91)	(4.618)	(1.331)
Total	85.173	69.857	104.125	80.877

Os saldos de contas a receber por idade de vencimento estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receíveis a vencer	85.239	69.855	103.640	80.758
Receíveis vencidos				
De 1 a 30 dias	-	1	339	99
De 31 a 60 dias	-	5	276	38
De 61 a 90 dias	-	3	234	29
De 91 a 180 dias	-	22	568	106
De 181 a 365 dias	-	46	977	230
Acima De 1 ano	-	16	2.709	948
Provisão para perdas de crédito esperadas	(66)	(91)	(4.618)	(1.331)
Total	85.173	69.857	104.125	80.877

O Grupo registra a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber mensalmente, analisando os valores faturados no mês, o volume mensal de recebíveis e os respectivos valores pendentes por faixa de pagamento em atraso, calculando o desempenho de recuperação. De acordo com essa metodologia, o valor faturado mensalmente e cada faixa de pagamento em atraso recebe uma porcentagem da probabilidade de perda acumulada de forma recorrente. A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No início do exercício	(91)	(26)	(1.331)	(828)
Reversão	25	-	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	-	(65)	(3.287)	(503)
No final do exercício	(66)	(91)	(4.618)	(1.331)

(i) Em 2024, o saldo consolidado é composto da seguinte forma: R\$ 317 de provisão para perdas de crédito esperadas e R\$ (3.604) a perda de valores vencidos acima de 180 dias. (b) Adiantamentos de clientes: Os contratos de alunos com cobrança integral são reconhecidos como adiantamento de clientes, pois o valor já foi cobrado integralmente do cartão de crédito do aluno e a Companhia tem a obrigação de performance de prestar o serviço contratado. O valor consolidado registrado em adiantamento de clientes referente a estes contratos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 72.808 (R\$ 59.096 em 2023).

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado: Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades do Grupo, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	75.719	22.112	77.277	21.898
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(25.744)	(7.518)	(26.274)	(7.445)
Despesas não dedutíveis	(279)	(492)	(318)	(507)
Ajuste de incentivos fiscais	20.897	-	21.050	-
Exclusão da equivalência patrimonial	1.706	(805)	-	-
Outros	5.241	2.791	5.805	2.142
Total do imposto de renda e da contribuição social	1.821	(6.024)	263	(5.810)
Alíquota efetiva	-2%	27%	0%	27%
Despesa de impostos de renda e contribuição social correntes	(4.177)	(6.530)	(5.693)	(6.530)
Receita de impostos de renda e contribuição social diferidos	5.998	506	5.956	720
(b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar: A Companhia realizou antecipações de IR e CSLL, especialmente no começo dos períodos fiscais devido ao alto faturamento sazonal que ocorre no começo do ano. O valor consolidado de impostos sobre o lucro a recuperar é de R\$ 0 em 2024 (R\$ 6.825 em 2023).				
(c) Impostos diferidos: Os impostos diferidos registrados no balanço patrimonial estão apresentados de forma líquida no ativo				

	Balanço		Resultado	
	2024	2023	2024	2023
Controladora				
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores (i)	4.390	4.390	-	-
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(883)	(893)	-	10
Provisão para perdas de crédito esperadas	22	31	(9)	22
Contingências	663	228	435	15
Arrendamentos	207	132	75	85
Outras provisões	1.631	2.082	5.497	374
Total	6.030	5.970	5.998	506
Impostos diferidos ativos	6.914	6.863	-	-
Impostos diferidos passivos	(884)	(893)	-	-

	Balanço		Resultado	
	2024	2023	2024	2023
Consolidado				
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores (i)	4.390	4.390	-	-
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(883)	(893)	-	10
Provisão para perdas de crédito esperadas	22	453	(431)	359
Contingências	663	228	435	15
Arrendamentos	1.223	1.096	127	1.049
Outras provisões	1.937	2.061	5.825	(713)
Total	7.352	7.335	5.956	720
Impostos diferidos ativos	8.236	8.228	-	-
Impostos diferidos passivos	(884)	(893)	-	-

(i) A Companhia tem expectativa de utilizar a totalidade do prejuízo fiscal de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.390 ao longo do exercício de 2025.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento de serviços a apropriar	3.586	3.045	3.586	3.045
Adiantamento a fornecedores	2.025	437	2.145	663
Adiantamento a funcionários	143	186	143	243
Seguros	45	458	145	596
Outros	-	150	-	150
Total	5.799	4.276	6.019	4.697

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

(a) Composição dos investimentos da controladora:

	2024	2023
Investimento em subsidiária	1.412	1.960
Ágio na aquisição	12.576	12.631
Total	13.988	14.591

(b) Movimentação dos investimentos da controladora: Movimentação via equivalência patrimonial:

	Gran Centro Universitário 100%	Soul Code 10%	TOTAL
Em 31 de dezembro 2022	1.352	5.593	6.945
Combinação de negócios	171	-	171
Aquisição de investimento	(2.868)	-	(2.868)
Capitalização	80	-	80
Equivalência patrimonial	(2.338)	(30)	(2.368)
Em 31 de dezembro 2023	(3.603)	5.563	1.960
Baixa de investimento	-	(5.563)	-
Equivalência patrimonial	5.017	-	5.017
Outras movimentações	(2)	-	(2)
Em 31 de dezembro 2024	1.412	-	1.412

(c) Movimentação do ágio:

	2024	2023
Em 31 de dezembro 2022	-	12.631
Combinação de negócios	-	-
Amortização	-	-
Em 31 de dezembro 2023	-	12.631
Amortização	-	(28)
Outras movimentações	-	(27)
Em 31 de dezembro 2024	-	12.576

9. IMOBILIZADO

	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	TOTAL
Controladora						
Em 31 de dezembro de 2022						
Valor residual	25	1.520	632	2.099	6.003	10.279
Custo	37	2.034	766	2.992	8.495	14.324
Depreciação acumulada	(12)	(514)	(134)	(893)	(2.492)	(4.045)
Aquisições	-	203	337	-	1.673	2.212
Baixas	-	(172)	(109)	(5)	(392)	(678)
Depreciação	(4)	(213)	(70)	(536)	(1.747)	(2.569)

	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	TOTAL
Controladora						
Outras movimentações	-	-	-	-	(36)	(36)
Em 31 de dezembro de 2023						
Valor residual	21	1.338	791	1.558	5.501	9.209
Custo	37	2.065	994	2.987	9.740	15.823
Depreciação acumulada	(16)	(727)	(204)	(1.429)	(4.239)	(6.615)
Aquisições	-	236	27	74	788	1.125
Baixas	-	(75)	(20)	-	(144)	(239)
Depreciação	(4)	(251)	(96)	(442)	(1.717)	(2.510)
Transferências de classificação de custos	-	-	1	-	37	38
Transferências de classificação de depreciação	1	-	1	(1)	(37)	(36)
Em 31 de dezembro de 2024						
Valor residual	18	1.248	703	1.189	4.428	7.586
Custo	37	2.226	1.002	3.061	10.421	16.747
Depreciação acumulada	(19)	(978)	(299)	(1.872)	(5.993)	(9.161)

	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	Livros em biblioteca	TOTAL
Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2022							
Valor residual	25	1.519	1.030	2.099	6.118	1	10.792
Aquisições	-	334	339	-	2.162	-	2.835
Baixas	-	(173)	(111)	(5)	(577)	-	(866)
Depreciação	(4)	(227)	(99)	(536)	(1.862)	-	(2.728)
Outras movimentações	-	(27)	-	-	(36)	(1)	(64)
Em 31 de dezembro de 2023							
Valor residual	21	1.426	1.160	1.558	5.805	-	9.969
Custo	37	2.168	1.655	2.987	10.341	-	17.187
Depreciação acumulada	(16)	(742)	(495)	(1.429)	(4.536)	-	(7.218)
Aquisições	-	237	49	74	931	-	1.291
Baixas	-	(75)	(20)	-	(144)	-	(239)
Depreciação	(4)	(268)	(155)	(442)	(1.882)	-	(2.750)
Transferências de classificação de custos	-	958	(282)	-	(706)	-	(30)
Transferências de classificação de depreciação	-	(555)	161	-	424	-	30
Em 31 de dezembro de 2024							
Valor residual	18	1.723	913	1.190	4.427	-	8.271
Custo	37	3.288	1.402	3.061	10.421	-	18.209
Depreciação acumulada	(19)	(1.565)	(489)	(1.871)	(5.994)	-	(9.938)
Não há evidências de que os valores contábeis do imobilizado excedam os valores recuperáveis.							

10. INTANGÍVEL

	Softwares	Material didático	TOTAL
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2022			
Valor residual	21.350	30.777	52.127
Custo	23.024	36.047	59.071
Amortização acumulada	(1.674)	(5.270)	(6.944)
Aquisição e capitalização	27.447	35.531	62.978
Amortização	(6.806)	(17.378)	(24.184)
Em 31 de dezembro de 2023			
Valor residual	41.991	48.930	90.921
Custo	50.471	71.578	122.049
Amortização acumulada	(8.480)	(22.648)	(31.128)
Aquisição e capitalização	34.605	36.481	71.086
Amortização	(12.931)	(29.403)	(42.334)
Em 31 de dezembro de 2024			
Valor residual	63.665	56.008	119.673
Custo	85.076	108.059	193.135
Amortização acumulada	(21.411)	(52.051)	(73.462)

	Softwares	Material didático	Licenças de operação - Universidade	Ágio por rentabilidade futura	TOTAL
Consolidado					
Valor residual	21.372	30.777	2.488	9.993	64.630
Aquisição e capitalização	27.447	36.885	-	-	64.332
Amortização	(6.806)	(17.544)	-	-	(24.350)
Outras movimentações	(22)	-	-	-	(22)
Em 31 de dezembro de 2023					
Valor residual	41.991	50.118	2.488	9.993	104.590
Custo	50.471	72.932	2.488	9.993	135.884
Amortização acumulada	(8.480)	(22.814)	-	-	(31.294)
Aquisição e capitalização	34.605	38.174	-	-	72.779
Amortização	(12.931)	(30.117)	-	-	(43.048)
Em 31 de dezembro de 2024					
Valor residual	63.665	58.175	2.488	9.993	134.321
Custo	85.076	111.106	2.488	9.993	208.663
Amortização acumulada	(21.411)	(52.931)	-	-	(74.342)

11. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso do Grupo relacionados a edificações usadas como salas de aula, escritórios e estúdios, passivos de arrendamento e a movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	Ativos de direito de uso	Passivos de arrendamento	Ativos de direito de uso	Passivos de arrendamento
Controladora				
Em 31 de dezembro 2022	6.070	6.700	10.592	11.756
Adições de novos contratos	-	-	-	-
Reajuste de contrato	1.716	1.716	1.716	1.716
Despesa de depreciação	(1.293)	-	(1.769)	-
Provisão para juros	-	866	-	1.463
Pagamento de principal	-	(1.805)	-	(2.106)
Pagamento de juros	-	(866)	-	(1.463)
Distrato de contrato	(916)	(286)	(916)	(286)
Em 31 de dezembro 2023	5.577	6.325	9.624	11.080
Adições de novos contratos	-	-	-	-
Reajuste de contrato	1.519	1.519	1.823	1.822
Despesa de depreciação	(1.950)	-	(2.473)	-
Provisão para juros	-	828	-	1.413
Pagamento de principal	-	(1.870)	-	(2.226)
Pagamento de juros	-	(828)	-	(1.413)
Distrato de contrato	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2024	5.146	5.974	8.973	10.676
Circulante	-	1.966	-	2.864
Não circulante	5.146	4.008	8.973	7.812

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prestadores de serviços - marketing	5.303	3.520	6.087	3.520
Prestadores de serviços - assessorias e consultorias	4.632	3.221	4.632	3.221
Prestadores de serviços - conteudistas	3.058	2.519	3.516	2.740
Prestadores de serviços - tecnologia da Informação	2.364	1.438	2.367	1.438
Prestadores de serviços - softwares de terceiros	6.181	5.397	6.233	5.447
Aluguéis e condomínios	312	1.797	392	1.797
Aquisição de equipamentos de informática	660	424	762	424
Benefícios para colaboradores	1.576	174	1.686	174
Outros	2.161	1.438	2.429	1.935
Total	26.246	19.928	28.103	20.696
Circulante	24.652	17.717	26.509	18.485
Não circulante	1.594	2.211	1.594	2.211

(c) Prazo de vencimento:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Curto prazo	12.915	12.917	14.609	14.583
2025	12.915	12.917	14.609	14.583
2026	21.160	6.447	22.828	8.115
2027	11.107	1.667	11.107	3.333
2028	9.430	-	9.430	-
2029	9.430	-	9.430	-
2030	9.430	-	9.430	-
Longo prazo	60.558	8.114	62.225	11.448

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Encargos sociais a pagar (i)	7.353	6.790	8.305	7.537
Provisão para bônus	14.004	6.318	15.003	6.858
Provisão para férias	8.119	7.187	9.235	7.980
Salários a pagar	4.542	4.060	5.081	4.061
Outros	596	283	613	429
Total	34.614	24.638	38.237	26.865

(i) Composto por contribuições para a Previdência Social ("INSS") e para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), bem como imposto de renda retido na fonte ("IRRF") sobre salários.

15. CONTINGÊNCIAS

(a) Processos com expectativa de perdas prováveis: As provisões relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Em 31 de dezembro de 2023	Cível		Trabalhista		Total	
	75	590	665			
	213	1.465	1.678			
Reversões	(215)	(182)	(398)			
Em 31 de dezembro de 2024	72	1.873	1.945			

(b) Processos com expectativa de perdas possíveis:	2024		2023	
	77	53		
	153			
Trabalhista	-	-		
Total	77	206		

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos geralmente se referem a disputas legais e administrativas envolvendo funcionários, fornecedores e estudantes. As provisões são registradas para processos judiciais que representam perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui uma análise das evidências disponíveis, incluindo a opinião de consultores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que as provisões são suficientes e estão adequadamente registradas nas demonstrações financeiras.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integraliza- do da Companhia é de R\$ 83.562 (R\$ 108.814 em 2023), equivalentes a 112.929 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Gabriel Vinicius Carvalho Granjeiro	39.702	35,16%	39.702	35,16%
Rodrigo Teles Calado	32.485	28,77%	32.485	28,77%
BTG Pactual Invest. Impacto Fundo de Invest. Participações - Multiestratégia	40.742	36,08%	40.742	36,08%

Em 15 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 25.252, sem o cancelamento de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a absorção da totalidade do saldo da conta de prejuízos acumulados da Companhia. (b) Transações com membros chave da administração: A despesa com remuneração dos membros chave da administração durante o exercício de 2024 foi de R\$ 5.878 (2023 - R\$ 7.210). (c) Dividendos e reservas: A Companhia apresentou lucro de R\$77.540 no exercício de 2024, e destinou 5% para reserva legal conforme previsto na Lei 6404/76, no montante de R\$3.877. A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida com base no estatuto social e por deliberação de Assembleia Geral. Em 2024, a Companhia aprovou distribuição de lucros no total de R\$71.000 para os acionistas, sendo parte desse valor representado pelos dividendos mínimo obrigatório conforme previsto na Lei 6404/76.

17. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico: O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias detidas pelos acionistas durante o ano. A tabela a seguir contém o lucro (prejuízo) por ação da Companhia para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valores por ação):

Lucro básico por ação	2024		2023	
	77.540	16.088		
	107	107		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	-	-		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	724,67	150,36		
Lucro básico por ação (R\$)				

(b) Diluído: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui nenhum título emitido ou transação com efeito diluidor das suas ações.

18. RECEITA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Receita com cursos preparatórios	397.649	320.054	397.649	320.054
Receita com graduação	-	-	36.607	18.774
Receita com pós graduação	-	-	31.505	16.884
Receita bruta	397.649	320.054	465.761	355.712
(-) Cancelamentos	(18.265)	(15.282)	(19.861)	(16.664)
(-) Descontos	-	-	(4.791)	(2.374)
(-) Bolsas de estudo Prouni	-	-	(3.814)	(2.201)
(-) Impostos e contribuições sobre a receita	(21.825)	(17.454)	(25.102)	(19.327)
Receita líquida	357.559	287.318	412.193	315.146

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Folha de pagamento	105.903	95.218	124.143	109.786
Serviços de consultoria e assessoria	75.377	71.671	79.025	75.427
Vendas e marketing	53.749	48.895	61.886	50.506
Depreciação e amortização (i)	46.119	28.045	47.569	28.847

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Taxa de administração de cartão	6.526	-	7.697	-
Utilidades, limpeza e segurança	3.553	4.110	4.455	4.855
Materiais	1.073	1.374	1.326	1.756
Manutenção	207	182	471	225
Outras despesas	3.994	3.077	8.090	3.500
Total	296.501	252.572	334.662	274.902
Custo dos serviços prestados	90.443	78.223	109.912	91.920
Despesas gerais e administrativas	88.754	69.322	95.635	76.024
Despesas com vendas	117.304	105.027	129.115	106.958
Total	296.501	252.572	334.662	274.902

(i) Depreciação e amortização	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços prestados	29.675	17.372	30.912	17.521
Despesas gerais e administrativas	16.444	10.673	16.657	11.326
Total	46.119	28.045	47.569	28.847

20. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Juros ativos	2.886	116	3.895	176
Outros	229	744	209	744
Total	3.115	860	4.104	920

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.360)	(3.659)	(6.038)	(4.084)
Juros passivos	(654)	(3.712)	(658)	(3.714)
Juros sobre arrendamentos	(828)	(832)	(1.412)	(1.429)
Outros	(805)	(6.511)	(828)	(7.240)
Total	(7.647)	(14.714)	(8.936)	(16.467)
Total	(4.532)	(13.854)	(4.832)	(15.547)

Resultado financeiro, líquido

21. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Atualmente a administração do Grupo gerencia suas atividades em um único segmento de negócio operacional. O principal tomador de decisões operacionais do Grupo (CODM) não toma decisões estratégicas nem avalia o desempenho com base em diferentes segmentos, e regiões geográficas. Atualmente, a Companhia opera exclusivamente no Brasil e todos os ativos, passivos e resultados são alocados no Brasil.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
(a) Ativos financeiros				
Ao custo amortizado	Nota			
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.078	5.577	96.415
Contas a receber	5	85.173	69.857	104.125
Total		174.251	75.434	200.540
Circulante		174.251	75.434	200.540
(b) Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	Nota			
Fornecedores	12	26.246	19.928	28.103
Empréstimos e financiamentos	13	73.473	21.031	76.834
Passivos de arrendamento	11	5.974	6.325	10.676
Total		105.693	47.284	115.613
Circulante		39.533	32.472	43.982
Não circulante		66.160	14.812	71.631

(c) Valor Justo: O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber no ativo circulante, fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento se aproximam de seus valores contábeis em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os passivos de arrendamento têm seu valor contábil descontado à sua respectiva taxa de juros efetiva, a fim de serem apresentadas o mais próximo possível de seu valor justo. (d) Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos: Os principais passivos financeiros do Grupo compreendem empréstimos e financiamento, fornecedores e passivos de arrendamento. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política do Grupo é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo. i. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros. A análise de sensibilidade nas seções a seguir se refere à posição em 31 de dezembro de 2024. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente a aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA). Análise de sensibilidade: A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

	Saldo em		Índice - % ao ano	Cenário provável	Risco	Aumento / redução na taxa de juros	
	2024	2023				Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
	2024	2023				2024	2023
Empréstimos e financiamentos	73.473	CDI - 12,39%	9.103	Aumento		11.379	15.931
Passivos de arrendamento	5.974	IPCA - 5,78%	345	Aumento		432	604

Consolidado	Saldo em 2024	Índice - % ao ano	Cenário provável	Risco	Aumento / redução na taxa de juros	
					Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
Empréstimos e financiamentos	76.834	CDI - 12,39%	9.520	Aumento	11.900	16.660
Passivos de arrendamento	10.676	IPCA - 5,78%	617	Aumento	771	1.080
<p>O cenário provável reflete o resultado previsto utilizando as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação no final do ano. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 75%, tanto de alta quanto de baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco.</p> <p>ii. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O risco de crédito do cliente é gerenciado pelo Grupo com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 6 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria do Grupo, de acordo com a política do Grupo. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os valores contábeis de seus ativos financeiros.</p> <p>iii. Risco de liquidez: A Administração do Grupo é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo do Grupo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os principais requisitos de recursos financeiros utilizados pelo Grupo decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais e obrigações com salários e encargos sociais.</p> <p>Mensuração do valor justo: Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo avaliou que os valores justos dos instrumentos financeiros ao custo amortizado, como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber correntes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e pagamentos antecipados de clientes se aproximam de seus valores contábeis, em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Obrigações de arrendamento mercantil têm seu valor contábil ajustado pela respectiva taxa efetiva de juros para serem apresentados o mais próximo possível de seu valor justo.</p> <p>Gerenciamento do capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía uma estrutura de capital projetada para viabilizar sua estratégia de crescimento, organicamente ou por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O capital é administrado considerando a posição consolidada. O Grupo não possui nenhuma transação sujeita a <i>covenants</i> financeiros.</p>						

23. SEGUROS

A Companhia mantém seguros para responsabilidade civil, riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão, seguro de fiança locatícia e de administradores. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia tem como política contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Seguro patrimonial	19.820	22.820	69.820	72.820
Seguro administradores	30.000	30.000	30.000	30.000
Seguro garantia	-	-	2.250	2250
Total	49.820	52.820	102.070	105.070

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Plano de remuneração baseado em ações: No dia 15 de janeiro de 2025, a Companhia realizou a emissão de 22 contratos de plano de opções de ações com a outorga de 5.749 ações ordinárias/deliberativas, como parte do seu plano de incentivo de longo prazo destinado a executivos e funcionários-chave. A iniciativa tem como propósito alinhar os interesses de longo prazo dos executivos com os dos acionistas, incentivar a retenção de talentos, e promover a responsabilidade e o comprometimento em relação ao desempenho da Companhia. Os principais termos e condições do plano de opções de ações incluem: • O preço de exercício das opções é de R\$ 5.783,46 para todos os contratos; • As opções foram concedidas em 15 de janeiro de 2025; • As opções estarão sujeitas a um período de "vesting" de que varia de 1 ano a 5 anos a partir da data de concessão; • As opções poderão ser exercidas em até 10 anos, a partir do qual expiraram; e • As opções só poderão ser exercidas pelo valor justo de mercado se condições específicas forem atingidas, como metas de desempenho, permanência na companhia, entre outros. A Companhia estima que as despesas de compensação associadas aos planos de opções de ações em 2025 sejam de R\$ 11.190. A emissão de ações em virtude do exercício das opções resultará em uma diluição de aproximadamente 4,97% para os atuais acionistas. O plano de opções de ações foi aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2024 e registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal em 09 de janeiro de 2025. Pagamento de dividendos: No dia 02 de janeiro de 2025, a Companhia deliberou pela aprovação da distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 39.000, à conta de "lucros do exercício" existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024 que foram pagos o valor de R\$ 25.000 no dia 02 de janeiro de 2025 e R\$ 14.000 no dia 14 de janeiro de 2025.

MEMBROS DO CONSELHO			
Gabriel Vinicius Carvalho Granjeiro Presidente do Conselho de Administração			
Rodrigo Teles Calado Vice-Presidente do Conselho de Administração	Felipe Gottlieb Membro do Conselho de Administração	João Victor Carneiro Mokidissi Membro do Conselho de Administração	
Renato Antonio Secondo Mazzola Membro do Conselho de Administração	Mariana Vasques Sang Membro do Conselho de Administração	Ricardo Gambarotto Membro do Conselho de Administração	
CONTADOR			
Michele Kakimori - CRC SP 325435/0-0			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da

Gran Tecnologia e Educação S.A.

Brasília - DF

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gran Tecnologia e Educação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gran Tecnologia e Educação S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais